



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE  
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú

23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

## **CAMPANHA PAPAÍ NOEL DOS CORREIOS: ESTUDO DE CASO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**JULIANA VACCARI DE ABREU DA ROSA**

UFSC

[julimar.vaccari@gmail.com](mailto:julimar.vaccari@gmail.com)

**JULIMAR VACCARI DE ABREU**

Universidade Cândido Mendes

[julimar.vaccari@gmail.com](mailto:julimar.vaccari@gmail.com)

### **RESUMO**

Além da integração entre ensino e pesquisa, outro importante objetivo da extensão universitária é promover a integração entre universidade e sociedade, prestando serviços assistenciais a comunidade, promovendo cursos profissionalizantes e levando, sobretudo o conhecimento. E, a extensão universitária interfere diretamente na realidade da comunidade, em que recebe da universidade conhecimentos e informações, permitindo que esta participe e exponha suas opiniões deixando de ser passiva, ou seja, que só recebe e não participa, tornando-se ativa. Por meio de um estudo de caso da Campanha Papai Noel dos Correios, com análise descritiva e pesquisa bibliográfica buscou-se apresentar extensão universitária, enquanto responsabilidade social e cultura, como facilitadora da aproximação da Universidade com a sociedade.

**Palavras-chave:** Extensão. Cidadania. Tradição. Ação solidária.

## **1 INTRODUÇÃO**

O impacto das ações sociais tem sido tão importante que os modelos vêm se desdobrando em várias atividades e estimulando as universidades, que primordialmente são constituídas por três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão.

A universidade tem sido chamada para atuar nas comunidades, nas praças, nas vielas, nas escolas, como é o caso da Campanha do Papai Noel dos Correios, que se tornou projeto de extensão universitária em 2014, no Departamento de Ciências da administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Um cidadão deve atuar em benefício da sociedade, bem como esta última deve garantir-lhe os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros. De mesmo modo, percebe-se que, numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, que a sociedade anseia que a Universidade transponha seus muros e participe de seu cotidiano. A Extensão Universitária é um bom caminho para esta interação.

Porém, dentre os limites deste artigo, não se pretende aprofundar sobre o conceito de cidadania, nem sobre essa proximidade entre cidadania e direitos humanos, tecendo apenas alguns comentários a título de suporte para apresentação dos dados sobre o projeto realizado.

Esta pesquisa foi feita por meio de um estudo de caso, pesquisa bibliográfica e descritiva de caráter qualitativo. Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste item são apresentadas as contribuições teóricas que fundamentam este artigo, possibilitando a sua conexão ao tema abordado e a articulação necessária para as reflexões resultantes deste estudo.

### **2.1 Extensão Universitária**

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2010) pactuou, entre outros pontos, que “a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil”. Define ainda o termo extensão universitária da seguinte forma:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2010).

Segundo a legislação brasileira as universidades “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (CF/1988, art. 207). E, além da referida indissociabilidade, a universidade tem um compromisso com a transformação da sociedade, com o exercício da crítica livre, com a preservação do conhecimento, com a construção de um novo saber, com a beleza, com as artes, com a cultura, mas baseados em valores da ética da democracia, da justiça e da igualdade, que nortearam a sociedade humana.

Sendo que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.”(FREIRE, 2006: 36). Espera-se de que a universidade consiga manter uma relação de parceria com a sociedade e que, nesta aliança, contribuindo para o seu processo organizativo de forma que, na atual conjuntura, sejam amenizadas as desigualdades sociais, econômicas e políticas.

No contexto da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, entende-se que “lém das atividades de ensino e pesquisa que, indiretamente, levam a Universidade ao meio, promover-se-á a extensão direta dessas funções com o objetivo de Comunidade” (REGIMENTO GERAL/82, ART.51). Ainda que “a extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos, estágios e serviços que serão realizados conforme plano e normas específicas” (REGIMENTO GERAL/82, ART.52).

De acordo com Chauí (2003), “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. E, “a educação é um serviço ou bem público não só porque recebe recursos públicos, mas principalmente porque seus benefícios atingem toda a sociedade”. (BELLONI, 1989, p. 55).

De acordo com Scheidemantel et al (2004):

A universidade, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. A extensão universitária deve funcionar como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades. A universidade pode, assim, planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando os valores e cultura dessas comunidades.

Sendo que, as universidades são instituições de séculos, que ao longo do processo evolutivo passaram a exercer grande influência na formação do ser humano, tal qual a igreja e a família, Marcovith (1998), já expressou essa importância ao colocar que na sociedade atual, as universidades tem o papel fundamental de formar a cidadãos, desenvolvendo a inquietude social e transformando o ser humano inacabado através da formação que este receberá enquanto delas.

Porém, se as universidades existem há tanto tempo, precisam se reinventar constantemente para acompanhar e atender as demandas da sociedade na qual se insere. Percebe-se que, numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos.

## 2.2 Cidadania e Solidariedade e Responsabilidade Social.

A sociedade brasileira, como qualquer sociedade de país em desenvolvimento, carece de atenção básica seja na alimentação, no transporte, no saneamento, na Educação ou na Saúde. Com isso, observa-se que a sociedade civil vem se organizando, há alguns anos, em torno de ações sociais que visam cobrir estas lacunas. Igrejas, colégios, jornais, entidades filantrópicas, ONGs, Associações de Moradores, entre outras estão realizando trabalhos muito importantes que levam à população diversos serviços básicos.

Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, são fundamentos do Estado Democrático de Direito “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político” (BRASIL, 2015, art. 1º - grifo nosso). E, em consonância com a carta magna de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (n. 9.934/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, entende que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º - grifo nosso), além de ser um processo de formação e desenvolvimento dos indivíduos que abrange: a “vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, art.).

Pode dizer que cidadania se constitui na efetivação de direitos da pessoa nas dimensões civil, política e social (MARSHALL, 1967), porém, se modifica, pois ela é construída ao longo da história. A grande maioria dos estudos contemporâneos sobre cidadania, como, por exemplo, os de Marshall e Barbalet, têm nas desigualdades de classe o componente fundamental (MARSHALL, 1967; BARBALET, 1989). Hannah Arendt (1993) conceituou a cidadania como o estado de pertencer a uma comunidade capaz de lutar pelos direitos de seus integrantes como o “direito de ter direitos”. Hoje, uma variedade de atitudes caracteriza a prática da cidadania. Assim, entendemos que um cidadão deve atuar em benefício da sociedade, bem como esta última deve garantir-lhe os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros.

A conscientização leva o homem a um estado de perturbação conduzindo-o à ação, por fazê-lo compreender a sua responsabilidade na transformação ou manutenção da realidade em que a grande maioria dos homens e mulheres padecem de fome, de sofrimento, de falta de amor e cuidado (FREIRE, [1979] 2008). E, A existência de uma consciência comum ou coletiva seria, portanto, um dos aspectos primordiais da integração social. Seria o princípio das semelhanças, de crenças e sentimentos comuns o que mantém os indivíduos e os grupos coesos, relacionando-se mutuamente.

Pode-se afirmar que a solidariedade social para Durkheim se daria pela consciência coletiva, pois essa seria responsável pela coesão (ligação) entre as pessoas. Contudo, a solidez, o tamanho ou a intensidade dessa consciência coletiva é que iria medir a ligação entre os indivíduos, variando segundo o modelo de organização social de cada sociedade (RIBEIRO, 2016). Logo, para Durkheim:

Vê-se em que consiste essa solidariedade real: ela liga diretamente as coisas às pessoas, mas não as pessoas entre si. A rigor, podemos exercer um direito real crendo-nos sozinho no mundo, abstração dos outros homens. Por conseguinte, como é apenas por intermédio das pessoas que as coisas são integradas na sociedade, a solidariedade que resulta dessa integração é totalmente negativa. (DURKHEIM, 1995, p. 91)

Na realização do trabalho prestado aos cidadãos, cuja finalidade é a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, “a extensão, enquanto responsabilidade social faz parte de uma nova cultura, que está provocando a maior e mais importante mudança registrada no ambiente acadêmico e corporativo nos últimos anos.” (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 27).

### **2.3 A Cultura e as Tradições Natalinas na Sociedade Ocidental.**

Trigueiro (2005) afirma que o mundo está constantemente criando, reinventando novos significados culturais. Falar sobre cultura “implica sempre discutir o processo social concreto” (SANTOS, 2006, p.47). É uma discussão que sempre ameaça extravasar para outras discussões e preocupações. É, “lendas ou crenças, festas ou jogos, costumes ou tradições - esses fenômenos não dizem nada por si mesmos, eles apenas dizem algo enquanto parte de uma cultura, a qual não pode ser entendida sem referência à realidade social de que faz parte, à história de sua sociedade” (SANTOS, 2006, p.47).

Podemos considerar o Natal um ritual coletivo. Ainda que nem sempre se atente para seu teor religioso, a data é sagrada e tem referência mítica. Segundo o fundador da sociologia francesa, Émile Durkheim, a experiência do sagrado é a de uma comunhão com o grupo. O grupo pode ser a sociedade em que vivemos, mas também um meio mais restrito, como a família (CHEVALIER, MONJARET, 2004). Ao celebrarmos essa festa, exprimimos o fato de pertencermos a uma comunidade, a uma família: aqueles que se recusam a participar são reprovados e qualificados de antissociais. Nessa data, o isolamento e a solidão tornam-se mais insuportáveis.

Além da sua dimensão coletiva, o conteúdo desse ritual está ligado a um certo número de valores ideológicos, como a democracia e a igualdade; assim, são organizadas celebrações em todo o mundo, integrando pessoas habitualmente marginalizadas, como moradores de rua, por exemplo. Na troca de presentes reside o vínculo social, e nesse aspecto nossa sociedade não é diferente de outras. Os primeiros antropólogos ficaram fascinados com as semelhanças observadas nos sistemas de trocas de distintas sociedades, e alguns chegaram até mesmo a considerar a troca como fundamento de toda sociedade.

## **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Neste item são definidos os procedimentos metodológicos utilizados no estudo realizado considerados mais adequados ao tema estudado. Esta pesquisa possui como método o estudo de caso que “trata-se de uma técnica utilizada em pesquisas de campo que se caracteriza por ser estudada uma [...] situação específica, um programa, um processo, entre outros, com o objetivo de compreendê-los [...] no seu próprio contexto (MICHEL, 2009, p. 53).

A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa definida por Zanella (2006, p. 35) como aquela que “proporciona o conhecimento da realidade social por meio dos significados dos sujeitos participantes da pesquisa, possibilitando, portanto, uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e a captação de dados não facilmente articulados, como atitudes, comportamentos, motivos...”, e será classificada quanto aos fins e quanto aos meios, seguindo critérios apresentados por Vergara (2013).

Utilizou-se a pesquisa descritiva, pois nela “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles” (ANDRADE, 2009,p.114). Para Gil (1996,p. 46) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”.

#### **4. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO E RESULTADOS**

A campanha tem por objetivo responder às crianças que escrevem ao Papai Noel por meio do envio da carta-resposta e atender, dentro do que for possível, aos pedidos de presentes de Natal das crianças em situação de vulnerabilidade social.

A campanha contempla, além das cartas das crianças da sociedade que escrevem diretamente ao Papai Noel, as cartas de estudantes das escolas da rede pública (até o 5º ano do ensino fundamental) e de instituições parceiras, como creches, abrigos, orfanatos e núcleos socioeducativos (CORREIOS, 2016).

Possui como diretrizes desenvolver a habilidade da redação de carta, de como endereçar e usar o CEP e o selo postal; assegurar 100% de respostas às cartas selecionadas; vincular a Campanha Papai Noel a um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; assegurar que o público participante seja exclusivamente de crianças em condição socioeconômica condizente com a campanha; contribuir para o incentivo à escrita; fomentar a solidariedade e a cidadania; promover o crescimento social e educacional das crianças (CORREIOS, 2016).

Em 2014 a então subcoordenadora do Curso de Administração Pública, modalidade à distância, vinculado ao Departamento de Ciências da Administração (CAD) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) recebeu o convite por parte de um discente do curso, por profissão carteiro do Centro de Distribuição dos correios de São José SC, de que o CAD adota-se uma escola pública municipal participante da Campanha “Papai Noel dos Correios de 2014).

Por entender a relevância da campanha para a sociedade bem como conhecer a idoneidade da mesma, a professora do Departamento de Ciências da Administração, subcoordenadora do Curso de Administração Pública, criou em agosto de 2014 o projeto de extensão Universitária intitulado “ Participação do CAD e do CCJ na Campanha Papai Noel dos Correios” no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, a central do Papai Noel dos Correios, designou ao CAD as cartinhas de 52 crianças de uma escola pública municipal de ensino fundamental do bairro Forquilhas de São José SC. As cartas possuíam os desenhos das crianças e a expressão de seus pedidos. Em parceria com a direção da escola foi feita a análise socioeconômica das crianças bem como triagem de tamanho de roupas, calçados e das necessidades latentes de cada criança.

Foi então formada uma equipe organizadora para fomentar as ações de distribuição das cartinhas das crianças, recolhimento das doações , distribuição e entrega para os correios. A equipe contou com uma servidora técnica administrativa da universidade, dois estudantes da UFSC e a funcionária de uma fundação. A equipe também contou com a participação ativa de 01 professor do Centro de Ciências Jurídicas e alunos da UFSC.

Os 40 professores do Departamento de Ciências da Administração foram convidados a participar adotando uma cartinha. Também foram convidados a participar os servidores técnicos administrativos, estagiários e tutores do Centro Socioeconomico (CSE) da UFSC. Logo, todas as cartinhas foram adotadas. As doações foram entregues na secretaria do

Curso. Os presentes foram identificados e lotaram uma caminhonete que foi entregue na agência dos Correios do campus Universitário.

Observa-se que qualquer cidadão que desejar colaborar pode adotar uma cartinha da campanha. Porém, o nome da criança e outros dados como por exemplo escola e endereço não são divulgados para proteção da integridade da criança. Os correios são responsáveis pela coleta das cartinhas, distribuição, coleta dos brinquedos e entrega nas escolas. Neste caso específico a Coordenação do curso teve acesso à escola por se tratar de uma extensão Universitária e pela aprovação, na ocasião, dos dirigentes da campanha.

A escola escolhida fica em uma região carente, mais afastada do centro urbano. As crianças possuíam de 7 a 12 anos. Foram arrecadados 7 skates, 3 bicicletas, barbies, bonecas, carrinhos, bonés, material escolar, sapatos, roupas, camisas de time, bolas de couro, io-ios profissionais, etc.

Por entender que o projeto de extensão foi bem sucedido, não somente pelo atendimento das 52 cartinhas, mas pela preocupação em conhecer as necessidades das crianças (vestimenta, locomoção, etc) os organizadores do projeto de extensão foram convidados a conhecer pessoalmente a central do Papi Noel dos Correios de São José.

O local é imenso, lúdico e bem organizados. As demandas das cartinhas são variadas (crianças pedem alimentos, leite, remédios, bicicletas, sapatos, material escolar, dentre tantas outras coisas). Os carteiros envolvidos no projeto além de organizar rigorosamente as doações adotam muitas cartas com recursos próprios buscando minimizar a quantidade de cartinhas não adotadas.

Os organizadores do projetos de extensão universitária também foram convidados a entregar as doações na escola juntamente com os correios. Isso ocorreu mas as crianças não viram a chegada dos brinquedos, mantendo o caráter lúdico da chegada do Papai Noel. Na ocasião da entrega, a direção da escola convidou os organizadores da extensão universitária para conversarem com as crianças sobre profissões e fazer o convite de um dia ingressarem na Universidade.

Figura 1. Extensão Universitária “Papai Noel dos Correios”.



Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Por fim, tal extensão universitária se demonstrou relevante pois projetos sociais são iniciativas individuais ou coletivas que visam a proporcionar a melhoria da qualidade de vida de pessoas e comunidades. Por uma sociedade se mobiliza, organizando e desenvolvendo projetos e ações sociais para transformar determinada realidade para o bem comum sem fins lucrativos, que são geralmente orquestrados pelos órgãos públicos ou ação conjuntas cívicas.

E, proporcionou a Universidade mais perto da comunidade local pois o esforço solidário que teve como objetivo melhorar um ou mais aspectos de uma sociedade, com o objetivo de mudar uma realidade existente. Estas iniciativas potenciam a cidadania e consciência social dos indivíduos, envolvendo-os na construção de um futuro melhor.

## 5. CONCLUSÃO

O grande desafio da extensão é repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer as contribuições da extensão para o aprofundamento da cidadania e para a transformação efetiva da sociedade. O modelo de extensão consiste em prestar auxílio à sociedade, levando contribuições que visam a melhoria dos cidadãos. O entendimento a respeito da relação entre extensão e sociedade, é uma visão fundamental que possibilita a qualidade da assistência prestada para as pessoas.

Por entender a relevância da campanha para a sociedade bem como conhecer a idoneidade da mesma, a professora do Departamento de Ciências da Administração,



subcoordenadora do Curso de Administração Pública, criou em agosto de 2014 o projeto de extensão Universitária intitulado “ Participação do CAD e do CCJ na Campanha Papai Noel dos Correios” no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Visto que, intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica.

Por fim, conclui-se que são muitos os desafios para a construção de projetos de extensão universitária realmente emancipatórios e muito há para se escrever sobre um tipo de extensão que efetivamente propicie a integração efetiva entre a teoria e a prática, sem que a comunidade seja vista como um laboratório pela universidade.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9.ed. São Paulo: Atlas,2009.

ARENDDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. New York: Harcourt Brace Jovanovitch, 1993.

BARBALET, J. M. A cidadania. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 09 ago 2016.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. São Paulo, Setembro de 2007. Base de dados do Anhanguera. Disponível em: . Acesso em: 26 ago. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 09.08.2016

CHEVALIER, S.; MONJARET,A. **O Valor (moral) da troca**. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/o\\_valor\\_\\_moral\\_\\_da\\_troca.html](http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/o_valor__moral__da_troca.html) . Acesso em: 28 de agosto 2016.

DURKHEIM, Êmile. **Da divisão do trabalho social, Trad. de Carlos Brandão**. 2 ed.: São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção Tópicos).  
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Técnica de pesquisa**. 4<sup>a</sup> ed., Atlas, São Paulo, SP.

MARCOVITCH, Jacques. "Por uma Docência Renovada". Dossiê Rumos da Universidade, n. 39, pp. 6-11, set.-nov./1998.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 80p.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm>>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?**. São Paulo: Brasiliense, 2006. - - (Coleção primeiros passos ; 110).

SCHEIDEMANTEL, Sheila e. **A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir**. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos**. Revista Internacional De Folkcomunicação. Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. Ano III, Número 5 - Junho/2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução n. 017/CUn/97**. Disponível em: < <http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/24.05-REGIMENTO-GERAL-UFSC.pdf>>. Acesso em: 10 fevereiro de 2016.

Zanella, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis :SEad/UFSC, 2006.

